

Denúncias aborrecem senador

Irritado e prometendo agir para tirar a limpo todas as acusações genéricas que se fizerem contra os congressistas, o senador Jutahy Magalhães, do PMDB da Bahia, pediu ontem à mesa diretora do Senado que mande investigar denúncia segundo a qual um deputado nordestino havia oferecido 100 mil dólares de comissão ao ex-diretor do IBC (Instituto Brasileiro do Café), Renato Ticoulat, para conseguir exportar um milhão de dólares em café solúvel.

"Estamos" — frisou Jutahy — "em total descrédito perante a opinião pública, por causa desse tipo de acusações genéricas, em que se atribui um crime a alguém, mas não se aponta quem é o criminoso".

O senador baiano pediu que o Senado, de forma regimental, "ou mesmo passando por cima do regimento, em nome da honra do Legislativo", interpele o diretor do IBC, para que ele confirme a denúncia, dando o nome do deputado, ou a desminta e arque com as consequências de sua acusação.

"Os senadores têm visto os programas humorísticos de rádio e televisão?" — indagou ele. "É uma vergonha o que se assaca em relação ao Congresso, em termos vagos e genéricos. Eu me envergonho com isso. E também me envergonho com a falta de coragem do Congresso em reagir a esse comportamento. Tenho 38 anos de mandatos eletivos e sempre procurei exercê-los de maneira digna".

Recortes

Adiante, ele frisou que costuma colecionar recortes de jornais e revistas, com denúncias de irregularidades.

"Tenho" — disse ele — "pastas e mais pastas de recortes. Se passasse todas elas para o computador, certamente conseguiria mais de cem metros de impressão. Todas estas denúncias, no entanto, não dão em nada e quem as apresenta

acaba também por abandoná-las. Esse fato estimula a apresentação de novas denúncias irresponsáveis, que atingem as instituições e as pessoas que as integram".

Depois, Jutahy pediu à sua assessoria que examine o procedimento legal, no plano parlamentar, cabível para apurar as denúncias envolvendo os congressistas.

Na Câmara, o assessor de um ministério militar referia-se ao desgaste crescente da imagem do Legislativo. Segundo o assessor, as acusações difusas contra o Congresso estavam gerando um clima de condenação generalizada ao Legislativo, não apenas pelo fato de omitir-se no tocante à prática do nepotismo e abusos de alguns congressistas, como por não estar funcionando regularmente, o que prejudica a todos os brasileiros. "O perigo" — comentou — "é a opinião pública chegar à conclusão de que é melhor fechar o Congresso do que mantê-lo como está hoje".

Cassação

A cassação do mandato do deputado Gustavo de Faria, do PMDB do Rio, ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), acusado de praticar irregularidades na aplicação de recursos da entidade, vai demorar ainda algum tempo. O deputado Fernando Santana (PCB-BA) foi informado pela Mesa da Câmara que os auditores incumbidos de levantar as irregularidades praticadas por Faria aconselharam maiores cuidados na tomada de decisão quanto ao procedimento do ex-presidente do IPC.

Segundo disseram, as autoridades do Banco Central estão fazendo o rastreamento das ações ao portador compradas irregularmente nas transações do IPC. Sem que isto seja feito — afirmam os auditores — Gustavo de Faria, na hipótese de ser cassado, poderá ser absolvido pela Justiça.